

política

RS arrecada R\$ 27 bilhões de ICMS no 1º semestre

Montante é inferior, em valores reais, à arrecadação de 2025 no período, quando houve incremento da receita pelo Refaz

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

O governo do Rio Grande do Sul arrecadou R\$ 27,19 bilhões de ICMS no primeiro semestre de 2026. Em valores reais, ou seja, com correção monetária pela inflação, o montante é inferior ao ano anterior, quando o Estado recolheu, de janeiro a junho, R\$ 28,1 bilhões - ou R\$ 26,92 bilhões, se desconsiderado o ajuste inflacionário - deste imposto, que é a principal fonte de recursos tributários dos estados brasileiros. As informações são da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz).

Um dos motivos para maior arrecadação real em 2025 foi o Refaz Reconstrução, programa estadual de renegociação de dívidas do ICMS que recuperou R\$ 1,4 bilhão aos cofres públicos no primeiro semestre do ano passado. Para se ter ideia, somente em abril de 2025 foi recolhido R\$ 1,1 bilhão com o programa, equivalente a 20% da receita total de ICMS daquele mês, que fechou com R\$ 5,5 bilhões, único registro mensal na história do Rio Grande do Sul que superou o valor nominal de R\$ 5 bilhões de arrecadação deste imposto.

Em 2026 a Sefaz lançou outro programa de renegociação de

débitos de ICMS, o Acordo Gaúcho, que teve adesão de mais de mil empresas, mas registrou impacto financeiro inferior ao Refaz, com o ingresso extraordinário de R\$ 355 milhões nas contas do Estado, conforme informou a pasta.

Se comparada a arrecadação do imposto no primeiro semestre de 2026 com o mesmo período dos três anos anteriores a 2025, o recolhimento neste exercício é superior em valores reais e nominais. Considerando a correção monetária, foram arrecadados R\$ 25,54 bilhões de janeiro a junho de 2024; R\$ 24,24 bilhões em 2023; e R\$ 26,99 bilhões em 2022. Cada um destes três exercícios tem razões específicas que reduziram suas arrecadações no primeiro semestre.

Em 2022, houve redução na arrecadação em razão de medidas que diminuíram as alíquotas sobre combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação, que foram de 30% para 25%, e da queda da alíquota modal, que passou de 17,5% para 17%.

Quando à arrecadação de 2023, ela também foi impactada pelas medidas do ano anterior, mas registrou recuperação a partir da vigência de um modelo em que o ICMS passou a ser cobrado por meio de um valor fixo por litro de combustíveis derivados

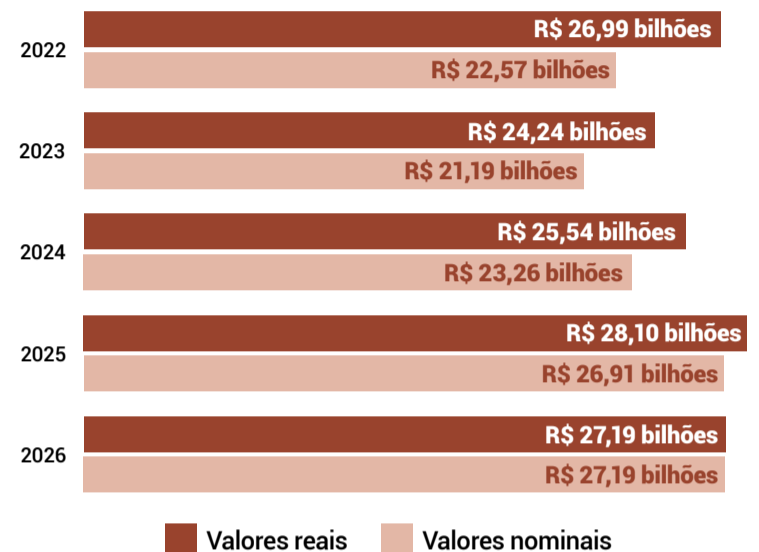
de petróleo.

No caso de 2024, foram as cheias históricas de maio. Com a catástrofe, as arrecadações de maio (R\$ 3,61 bi, em valores reais) e junho (R\$ 3,96 bi, em valores reais) despecaram, mas a recuperação veio em julho e agosto, que à época foram dois meses de recordes consecutivos na arrecadação de ICMS, e posteriormente superados por abril de 2025. No início daquele ano - antes das enchentes -, o governo Eduardo Leite (PSD) tentou pautar na Assembleia Legislativa um reajuste da alíquota modal de 17% para 19%, mas retirou a proposta após pressão política de deputados.

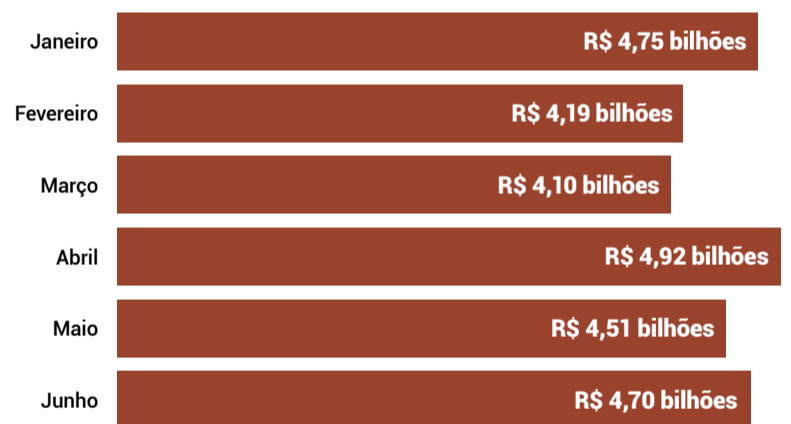
A expectativa de arrecadação de ICMS em todo o exercício de 2026, firmada pela Fazenda na Lei Orçamentária Anual (LOA), é de R\$ 55,65 bilhões. Ou seja, para atingir esta meta, o Estado precisa recolher cerca de R\$ 28,46 bilhões na segunda metade do ano, valor superior em R\$ 1,27 bilhão na comparação com o montante do primeiro semestre.

Já para 2027, está na ordem do dia para votação da Assembleia Legislativa o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) relativo ao ano que vem. Durante apresentação da proposta de LDO, a Sefaz projetou arrecadação de R\$ 57,56 bilhões de ICMS no ano que vem.

Arrecadação de ICMS no primeiro semestre dos últimos cinco anos (em valores reais e nominais)



Arrecadação mensal de ICMS no primeiro semestre de 2026: R\$ 27,19 bilhões (total)



Plano Diretor será entregue nesta sexta ao prefeito

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

O Plano Diretor será entregue ao prefeito Sebastião Melo (MDB) nesta sexta-feira, às 9h, em um ato na prefeitura de Porto Alegre. Após cerca de dois meses de trabalho na redação final, a Câmara da Capital encaminha o projeto para a sanção do Executivo.

O texto, que recebeu mais de 500 emendas, foi dividido em duas partes: o Plano Diretor Urbano e Sustentável (PDUS), aprovado em 23 de abril, e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), aprovada dia 13 de maio.

O texto tem opiniões polarizadas e rendeu debates durante e após o processo de votação. Os defensores da proposta argumentam que o novo regramento mo-

derniza a legislação urbana e cria condições para expansão econômica e habitacional. Já a oposição afirma que o texto flexibiliza excessivamente as regras e não considera de forma suficiente critérios de resiliência climática.

Um dos desdobramentos da aprovação aconteceu no início de junho, quando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) solicitou a anulação da lei. O processo tramita no Ministério Público Federal, mas não afeta o processo atual de encaminhamento para sanção do Executivo.

Entre os pontos centrais da legislação que atualiza o planejamento urbano da cidade na próxima década está a permissão de construções de até 130 metros em áreas como Centro Histórico e 4º Distrito, o equivalente a cerca de 45 andares. Já no bairro Menino

Deus, as edificações podem chegar a 60 metros. Outra mudança é a isenção da taxa de permeabilidade no 4º Distrito, região fortemente afetada pelas cheias de 2024. A taxa determina o percentual mínimo do terreno que deve permanecer livre para a infiltração da água da chuva no solo.

O presidente do Legislativo, Moisés Barboza (PSDB), avalia o processo de forma satisfatória. "Mesmo diante da dimensão da matéria e das longas sessões de votação, conseguimos concluir esse trabalho em um prazo menor do que o esperado, preservando a qualidade técnica e o respeito às decisões do plenário", afirma.

O prefeito tem o prazo de 15 dias para se manifestar sobre as duas partes do projeto. Caso ocorra o veto de alguns itens, os trechos destacados voltam ao Legislativo para aprovação ou rejeição.

Chiquinho Brazão é alvo de ação da PF que investiga desvio de verbas

/ INVESTIGAÇÃO

O deputado cassado Chiquinho Brazão, condenado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, foi alvo nesta quinta-feira de uma operação da Polícia Federal (PF) que investiga o desvio de verbas parlamentares. A ação, batizada de Operação Emendatio, contou com 60 policiais federais para cumprir dois mandados de prisão preventiva e 21 de busca e apreensão na cidade do Rio de Janeiro.

Um dos presos é Raphael da Silva Gonçalves, ex-assessor do irmão de Chiquinho, Domingos Brazão. Outro é Robson Calixto Fonseca. Domingos e Robson também foram condenados no caso Marielle.

Os mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, corte máxima da Justiça no

país e que investiga crimes que envolvem autoridades com foro especial, como deputados federais. Há casos, como o de Chiquinho Brazão, em que o STF continua com o processo, mesmo após o réu deixar o cargo. Ele foi cassado pela Câmara dos Deputados em abril de 2025, por causa do envolvimento na morte de Marielle Franco.

Na Emendatio, o STF autorizou também o bloqueio patrimonial no valor de R\$ 100 milhões. A investigação da PF identificou que recursos vindos de emendas parlamentares federais eram destinados a organizações da sociedade civil, no Rio, que mantinham contratos e parcerias com órgãos da administração pública federal. Parte dessa verba era desviada mediante pagamentos indevidos e utilização de empresas de fachada e laranjas.